

MENSAGEM Nº 390

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

EM nº 00213/2023 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da União de Myanmar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 507/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/08/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4465133** e o código CRC **506828FD** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007001/2023-70

SUPER nº 4465133

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GUSTAVO ROCHA DE MENEZES
CPF.: [informações pessoais](#)

1967 Filho de [informações pessoais](#), nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1988 | Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| 1990 | Mestrado em Relações Internacionais, sem defesa de tese, Instituto de Relações Internacionais - IRI - PUC-Rio, 1990 |
| 1995 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr |
| 2004 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD - IRBr |
| 2004 | Mestrado em Política Econômica Internacional, London School of Economics and Political Science - LSE, Universidade de Londres |
| 2012 | Curso de Altos Estudos - CAE - IRBr, "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil". |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1995 | Terceiro-secretário |
| 2000 | Segundo-secretário |
| 2005 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2009 | Conselheiro, por merecimento |
| 2014 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2022 | Ministro de primeira classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|---------|---|
| 1996-97 | Divisão da América Meridional II, DAM-II, Assistente |
| 1997-98 | Departamento das Américas - DAA, Assessor |
| 1998-00 | Secretaria-Geral, Assessor |
| 2000-03 | Embaixada em Londres, Terceiro e Segundo Secretário |
| 2003-06 | Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário |
| 2006-11 | Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário, Conselheiro e Ministro-Conselheiro Comissionado, Encarregado de Negócios a.i. |
| 2011-16 | Divisão de China e Mongólia - DCM, Chefe |
| 2016-19 | Consulado-Geral em Barcelona, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto |
| 2019 | Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro |
| 2019-20 | Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, Ministro-Conselheiro |
| 2020-21 | Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe |
| 2021-22 | Gabinete do Ministro de Estado da Saúde, Chefe do Gabinete |

Publicações:

- 2013 "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil", Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Brasília

Condecorações:

- | | |
|------|-------------------------------------|
| 2010 | Medalha do Pacificador |
| 2020 | Ordem de Rio Branco, Grande Oficial |

2020 Medalha Mérito Tamandaré
2022 Medalha do Mérito Oswaldo Cruz, Ouro

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MYANMAR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE MYANMAR	
Nome Oficial:	República da União de Myanmar
Gentílico:	myanmarense
Capital:	Nay Pyi Taw (desde 2006); Yangon (até 2005)
Área:	676.578 km ²
População:	54,2 milhões (FMI, 2022)
Línguas oficiais:	birmanês (oficial)
Principais religiões:	Budismo (87,9%); Cristianismo (6,2%), Islamismo (4,3%), outras ou nenhuma (1,6%)
Sistema de governo:	República Presidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Casa das Nacionalidades (<i>Amyotha Hluttaw</i>): 224 membros – 168 eleitos e 56 indicados pelas Forças Armadas (<i>Tatmadaw</i>); e Casa dos Representantes (<i>Pyithu Hluttaw</i>): 440 membros – 330 eleitos e 110 indicados pelo <i>Tatmadaw</i> .
Chefe de estado:	Presidente Myint Swe (interino desde fevereiro de 2021)
Chefe de governo:	General Min Aung Hlaing (desde fevereiro de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	U Than Swe (desde fevereiro de 2023)
PIB nominal (est 2023, FMI):	US\$ 63,99 bilhões
PIB PPP (est 2023, FMI):	US\$ 278,16 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 1.180
PIB PPP <i>per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 5.130
Variação do PIB (FMI):	3,2% (2020); -17,9% (2021); 2,0% (2022); 2,6% (est. 2023)
IDH (2020, PNUD)	0,593 (147 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2022)	US\$ 76,2 milhões (-9,8%)
Saldo da balança comercial (2022)	Superávit de US\$ 52,6 milhões (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2022)	US\$ 64,4 milhões (-16,4%); 113º destino
Principais produtos exportados	Farelos de soja (65%); carnes e miudezas (25%); café (5,6%).
Total importações brasileiras (2022)	US\$ 11,8 milhões (+57,3%); 104 ^a origem
Principais produtos importados	Vestuários têxteis e casacos (69,8%); calçados (11%); madeira (6,1%); e aparelhos elétricos (4,5%).
Ranking do Brasil no comércio exterior de Myanmar (2020)	17º fornecedor / 68º destino
Investimentos de Myanmar no Brasil	Não há registros de investimentos de Myanmar no Brasil.
Investimentos do Brasil em Myanmar	Não há registros de investimentos brasileiros em Myanmar.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	67,1 anos (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Alfabetização (2019):	75,6% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Índice de desemprego (2020, FMI):	4% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Unidade monetária:	kyat
Embaixador em Brasília:	Aung Kyaw Zan (desde 16 de novembro de 2022)
Embaixador do Brasil em Yangon:	<em processo de designação>
Brasileiros no país:	41 residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)								
Brasil →Myanmar	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023 ¹¹
Intercâmbio	13,4	42,2	148,7	69,7	52,0	84,5	76,2	20,4
Exportações	12,8	40,1	144,7	55,4	40,2	77	64,4	14,9
Importações	0,6	2,1	4,0	14,3	11,8	7,5	11,8	5,5
Saldo	12,2	38,0	140,7	41,1	28,4	69,5	52,6	9,4

¹¹ Dados até maio de 2023.

APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, diversas cidades-estados e reinos ocupavam a área que hoje corresponde ao território myanmarensse. A antiga Birmânia, atual República da União de Myanmar, tornou-se independente do Reino Unido em 1948. Localizado em área estratégica no Sudeste Asiático – com saída para o oceano Índico e fronteiras terrestres com Bangladesh, China, Índia, Laos e Tailândia –, o país possui grande população (cerca de 55 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais em território superior a 676 mil km².

Myanmar divide-se em sete estados – *Chin, Kachin, Kayah, Mon, Rakhine e Shan* –, mas organiza-se sob a forma de Estado unitário. Desde 2005, sua capital é Nay Pyi Taw. Com história permeada por conflitos de natureza étnica, o país passava, até 2021, por processo de redemocratização, em que as Forças Armadas – *Tatmadaw* – vinham gradualmente transferindo o controle dos rumos do país aos setores civis.

Em fevereiro de 2021, o *Tatmadaw* decretou Estado de Emergência e deteve a Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas, em movimento deflagrado na véspera da posse do novo parlamento, eleito em novembro de 2020. Desde então, instalou-se regime militar que segue no poder.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Min Aung Hlaing

Presidente do Conselho Administrativo de Estado e Primeiro-Ministro



Nasceu em 1956, em Tavoy. Formou-se em Direito pela Universidade de Yangon, em 1974, antes de ingressar, em sua 3^a tentativa, na principal academia militar do país, a *Defence Services Academy* (DSA). Assumiu o comando do Exército myanmarensse em 2011, quando a transição para a democracia se iniciava no país, e desde então ascendeu progressivamente na vida política do país.

Esteve diretamente envolvido em diversos conflitos contra insurgências étnicas e na repressão e perseguição à minoria *Rohingya*, em agosto de 2017. Como consequência, foi alvo de sanções por parte dos Estados Unidos. Em fevereiro de 2021, ao alegar fraudes eleitorais, liderou a tomada de poder pelo *Tatmadaw*, tendo ordenado a prisão do então presidente U Win Myint e da conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, além de outras autoridades. Em seguida, declarou-se comandante do país e criou o Conselho Administrativo de Estado, órgão que passou a presidir.

Myint Swe
Presidente da República



Nasceu em 1951, em Mandalay. Fez carreira militar, tendo-se formado, em 1971, na Defence Services Academy (DSA), principal academia militar do país, responsável pelo treinamento dos oficiais das Forças Armadas de Myanmar. Comandou a cidade de Yangon, a maior do país, e foi comandante militar da região por anos. Em 2007, durante a revolta de monges, conhecida como “Revolução Açafrão”, foi responsável pelo reestabelecimento da ordem, com repressão que matou dezenas e prendeu centenas de pessoas.

Em 2018, foi indicado pelo *Tatmadaw* ao cargo de vice-presidente, para integrar o governo de Aung San Suu Kyi. Com o golpe, assumiu interinamente a presidência do país, antes de passar o poder para o Gen. Min Aung Hlaing. Myint Swe já havia desempenhado o cargo de presidente interino em 2018, após a renúcia do então presidente Htin Kyaw.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 55 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, com possibilidade de conexão entre Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Málaca. Além disso, Myanmar preparava-se, à época, para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir um ponto de inflexão no processo de transição democrática do país.

As relações bilaterais vinham se desenvolvendo, com progressiva troca de visitas de autoridades. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou o país. Em julho de 2017, esteve no Brasil o ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarensse, Ohn Win, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Ohn esteve novamente no Brasil em março de 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Também visitaram o Brasil, em anos anteriores, o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em maio de 2015; e o vice-presidente da República myanmarensse, Sai Mauk Kham, em junho de 2012.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em 2012, foi estabelecido mecanismo de consultas políticas. A terceira e mais recente reunião de consultas foi realizada em agosto de 2018, em Nay Pyi Taw.

Desde o golpe militar de fevereiro de 2021, o Brasil tem buscado acompanhar com atenção os desdobramentos no país e tem mantido expectativa de rápido retorno do país à normalidade democrática. Foram divulgadas três notas à imprensa. A primeira, de 2/2/2021, afirmou que “o Brasil tem a expectativa de um rápido retorno do país à normalidade democrática e de preservação do estado de direito”. Em 19/3/2021, diante da escalada da violência, nova nota à imprensa apresenta apelo “pela contenção no uso da força contra manifestações pacíficas e deplora o número crescente de vítimas fatais”. Reitera ainda “o chamado à restauração da normalidade democrática e defende a libertação dos presos políticos”. Em 26/4/2021, o governo

brasileiro expressou votos de êxito à ASEAN em seus esforços e tomou nota, com apreço, do “Consenso de Cinco Pontos” alcançado na cúpula de Jacarta, em 24/4/2021, e encorajou a plena implementação das decisões do encontro. Reiterou, igualmente, o chamado pelo fim da violência e a expectativa de “retorno à vigência das normas constitucionais no mais breve prazo”.

O Brasil tem condenado a continuação dos atos de violência e a falta de avanços na implementação do Consenso de Cinco Pontos. Tem sido contrário à adoção de embargos ou sanções a Myanmar, favorecendo os esforços de mediação da ASEAN e o diálogo com todas as forças políticas locais. O país tem apoiado iniciativas em defesa dos direitos humanos e do retorno à democracia em Myanmar, incluindo na OMC, na CDH e, apartir de 2022, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cooperação técnica

Entre 2013 e 2016, o Brasil prestou programa de assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan e voltado ao treinamento de especialistas myanmarenses. Em outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajuste Complementar, documento que servirá de base para a 2^a fase do projeto, sobre melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico. Trata-se de projeto importante para Myanmar, país que ainda registra número considerável de vítimas, muitas fatais, de picadas de cobras.

A ABC e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), com sede em Brasília, organizaram, em 2017, visita de estudos de delegação myanmarensse com autoridades de diferentes ministérios, com vistas a apresentar programas brasileiros voltados à alimentação escolar.

Há interesse myanmarensse em também receber cooperação referente à preparação de censos laborais. O tema foi tratado em videoconferência entre a ABC, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério do Trabalho, Imigração e População do Myanmar (MOLIP), em fevereiro de 2021.

Em 2018, durante missão técnica ao Brasil, o MOLIP expressou interesse em receber cooperação do IBGE na preparação do censo naquele país, previsto para 2024. Em junho de 2022, a diretora-geral do MOLIP reiterou esse interesse ao embaixador do Brasil, pois Myanmar almeja realizar a transição da coleta de dados em papel para a coleta eletrônica no censo de 2024.

Assuntos consulares

Com base nas matrículas consulares, a comunidade brasileira em Myanmar era composta, antes da pandemia, por 41 cidadãos. Em sua maioria, professores, funcionários de organizações internacionais e ONGs, profissionais liberais, trabalhadores do setor hoteleiro e turismo e jogadores de futebol, e suas famílias.

Em 2022, foi descoberta a existência de brasileiros em Myanmar trabalhando em condições análogas à escravidão. Tratava-se de grupo de jovens aliciados no Brasil para trabalhar em serviços prestados via internet com jornadas exaustivas e submetidos a ameaças de violência física e psicológica. Em dezembro, o Brasil logrou a libertação dos 13 nacionais, que foram devidamente alocados em voos de retorno ao Brasil, com passagens aéreas custeadas pelo Itamaraty.

POLÍTICA INTERNA

Com a Constituição de 2008, o país conformou-se em república parlamentarista, com a denominação de República da União de Myanmar. O Parlamento é bicameral, dividido em Casa das Nacionalidades (câmara alta) e Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira possui 224 assentos: 168 parlamentares eleitos diretamente, por maioria absoluta, em sistema distrital, e 56 indicados pelos militares (25% do total). A segunda casa é composta por 440 assentos: 330 membros eleitos diretamente, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 indicados pelos militares (25% do total). Os membros de ambas as casas exercem mandatos de cinco anos.

Os principais partidos em Myanmar, até o golpe de fevereiro de 2021, eram a Liga Nacional Democrática (*NLD*), de centro-esquerda, que estava à frente do governo deposto pelo *Tatmadaw*; o Partido da União Solidariedade e Desenvolvimento (*USDP*), conservador, budista, até então de oposição; a Liga das Nacionalidades Shan para Democracia (*SNLD*), de centro-esquerda, pró-Federalismo e autodeterminação; o Partido Nacional Arracão (*ANP*), de direita e porta-voz da etnia *Rakhine*; o Partido Nacional *Ta'ang* (*TNP*), nacionalista em prol da etnia *Ta'ang*; e a Organização Nacional *Pa-O* (*PNO*), representante dos interesses da etnia *Pa-O*.

As mais recentes eleições ocorreram em 8/11/2020. No pleito, a *NLD* superou expectativas e obteve grande maioria dos assentos em disputa. O *USDP*, por seu turno, reduziu o número de assentos em relação aos obtidos em 2015.

O Judiciário myanmarese é formado pela Suprema Corte da União, Altas Cortes da Região; Altas Cortes do Estado; Corte da Divisão Autoadministrada; Corte da Zona Autoadministrada; tribunais distritais e municipais; bem como tribunais especiais (para delitos de juventude, trânsito, etc.). Orgão máximo do sistema judiciário é a Suprema Corte, integrada por, no mínimo, sete e, no máximo, onze juízes. Todos os membros são nomeados pelo presidente, mediante aprovação da câmara baixa, e normalmente permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. O sistema normativo em Myanmar incorpora elementos da *common law* britânica e do direito consuetudinário.

No Executivo, o presidente – que acumula as chefias de estado e de governo – é eleito indiretamente, em votação no Parlamento, por maioria simples. Seu nome é escolhido a partir de lista com três candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral Presidencial – composto por membros das câmaras alta e baixa, e por militares. Os demais candidatos tornam-se vice-presidentes. O mandado presidencial é de cinco anos. Em 30 de março de 2018, tomou posse o presidente Win Myint, deposto menos de três anos depois. O cargo de Conselheiro de Estado foi criado em 2016, com mandato equivalente ao presidencial. Suas funções assemelham-se àquelas de primeiro-ministro, na medida em que atua como elo entre Parlamento e Executivo.

Vida política

Até o início de 2021, a ex-conselheira de estado Aung San Suu Kyi – que acumulava, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros – era considerada a líder *de facto* do país. Sua administração vinha operando em limitado campo de ação. Tinha, no entanto, objetivos ambiciosos, como a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional; a criação de estado federal; a reforma da constituição para estabelecer regime democrático pleno; e o desenvolvimento econômico e social.

Não logrou, contudo, avançar nesses objetivos ao mesmo tempo em que (i) coabitava o poder com o *Tatmadaw*; (ii) enfrentava as demandas de Organizações Étnicas Armadas (EAO), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico; (iii) crescente influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo; e (iv) rápida depreciação de apoio político internacional, em razão da crise humanitária dos *Rohingya*.

Golpe de Estado

Em 1º de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Myanmar (*Tatmadaw*) decretaram estado de emergência e detiveram a conselheira de estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, além de outras autoridades e ativistas. O movimento ocorreu às vésperas da posse do Parlamento eleito em novembro de 2020, em pleito que deu ampla vitória à Liga Nacional pela Democracia (NLD), partido de Aung San Suu Kyi.

Manifestações contrárias à deposição do governo civil têm sido duramente reprimidas pelas FA e resultaram, até o início de 2023, em mais de 1400 mortos e cerca de 8500 detidos – entre políticos, jornalistas e ativistas de direitos humanos. Estão em vigor restrições à liberdade de imprensa, de movimento e de acesso à Internet. A oposição à junta formou, em 16/4/2021, governo de união nacional (*National Unity Government* – NUG) e, em 5/5/2021, instituiu força paramilitar – intitulada Força de Defesa do Povo (PDF) – para combater o *Tatmadaw*. O PDF contaria com integrantes de grupos étnicos armados, que há décadas combatem o governo central, e com ativistas da resistência organizada a partir do golpe.

Em 30/12/2022, corte da junta militar apresentou novo veredito, que condenou San Suu Kyi, de 77 anos, a sete anos de prisão, condenação que vem somar-se a diversas outras, cujas penas já totalizam 33 anos de condenações por tribunais militares.

Reação da ASEAN

Embora a ASEAN tenha a não interferência nos assuntos internos como princípio basilar das relações entre seus membros, a Associação tem buscado engajar-se na solução da crise política, que transbordou para aspectos socioeconômicos e humanitários. Em 24/4/2021, na Cúpula Especial da ASEAN sobre Myanmar, o bloco adotou o “Consenso de Cinco Pontos”, cujos termos incluem cessação imediata da violência; diálogo construtivo entre todas as partes; designação de enviado especial da ASEAN; envio de assistência humanitária pela Associação; e visita do enviado especial da ASEAN a Myanmar para encontrar-se com todas as partes.

Desde então, não se tem logrado avanço significativo das negociações entre ASEAN e Myanmar. Até o momento, apenas a nomeação de enviado especial foi cumprida. Desde a criação do cargo, o enviado especial tem sido o ministro das Relações Exteriores do país que preside a ASEAN. A Indonésia, que assumiu a presidência rotativa em 2023, parece ter a intenção de institucionalizar a posição, ao

estabelecer o Escritório do Enviado Especial a Myanmar. Há certo consenso no CSNU de que a ASEAN deve ter centralidade na mediação da crise.

Desde outubro de 2021, após encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da Associação, a ASEAN decidiu não mais convidar representante político de alto nível de Myanmar para participar das cúpulas da ASEAN.

Em 25/7/2022, a Presidência da ASEAN emitiu declaração na qual expressou forte desapontamento com a execução de quatro ativistas da oposição (a primeira aplicação da pena capital em mais de 30 anos), apesar do apelo da Presidência e de países-membros da ASEAN pela reconsideração das sentenças. A Presidência da ASEAN considerou a aplicação das penas capitais altamente repreensíveis e uma falta de vontade para apoiar os esforços pela implementação do Consenso de Cinco Pontos.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Poucas semanas após o golpe de Estado, o CSNU emitiu declaração (S/PRST/2021/5) condenando o uso de violência em Myanmar e expressando continuado apoio à transição democrática no país. Não houve referências a medidas adicionais que poderiam ser adotadas pelo CSNU ou condenação ao golpe.

O CSNU adotou, em 8/12/2021, declaração à imprensa sobre a situação no país. No comunicado, os membros do Conselho expressaram profunda preocupação com as condenações contra a ex-conselheira de estado e o ex-presidente, além de reiterar chamada pela libertação de todos arbitrariamente detidos desde 1/2/2021.

Em 27/7/2022, o CSNU, sob a presidência do Brasil, emitiu declaração à imprensa sobre a situação de Myanmar na qual condenou a execução de ativistas da oposição pelos militares myanmarenses. O CSNU ecoou o pedido do secretário-geral da ONU pela imediata soltura de todos os prisioneiros detidos arbitrariamente, inclusive o presidente Win Myint e a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi. Os membros do CSNU reiteraram apoio aos esforços da ASEAN e de sua presidência pela efetiva e completa implementação do Consenso de Cinco Pontos. Conclamaram pela imediata cessação de todas as formas de violência, pleno respeito aos direitos humanos e ao estado de direito e reiteraram apoio à transição democrática em Myanmar.

A única resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, em dezembro de 2022, com voto favorável do Brasil, sobre a situação em Myanmar (2669/2022) exige o fim imediato de todas as formas de violência no país; insta Myanmar libertar todas os arbitrariamente presos; reitera o apelo à manutenção das instituições e processos

democráticos e ao diálogo; reconhece o papel central da ASEAN para chegar a solução pacífica; e conclama as autoridades de facto a aterem-se ao Consenso de Cinco Pontos.

Desde então, no entanto, não houve avanços significativos no CSNU, apesar dos sinais de agravamento da violência. Em diferentes oportunidades, não se reuniu consenso entre os membros sobre como e se o CSNU deveria manifestar-se. Alguns membros do CNSU têm alegado serem prematuras manifestações sobre incidentes a respeito dos quais não há possibilidade de verificação independente.

Em que pesem as discussões no CSNU, alguns países já vêm adotando sanções econômicas unilaterais a indivíduos, empresas e outras instituições ligadas à junta militar, incluindo congelamento de ativos e restrição de acesso a recursos. Outros suspenderam projetos de cooperação e assistência oficial ao desenvolvimento.

Crise humanitária no Arracão (*Rakhine*)

Problema mais recente, porém com raízes igualmente profundas e maior repercussão internacional, é a crise humanitária no estado do Arracão: região onde coexistem indivíduos das etnias *Rakhine* (budistas) e *Rohingya* (mulçumanos) e com 78% da população abaixo da linha da pobreza (dobro da média nacional). A partir de 25/8/2017, mais de 1,2 milhão de indivíduos da etnia *Rohingya* buscaram refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados.

Conquanto o governo de Myanmar tenha firmado, em 2018, memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a repatriação de refugiados, diversos fatores desencorajam o retorno dos deslocados, como o *status* de apatridia dos *Rohingya* e a falta de liberdade de movimentação, imposta pelas leis vigentes em Myanmar, nos níveis federal, estadual ou municipal.

Acontecimentos recentes

O segundo semestre de 2022 foi marcado pela intensificação da violência do *Tatmadaw* em ataques contra áreas do território de Myanmar fora de seu controle integral. O aumento da violência tem provocado reações internacionais. Em outubro, o Grupo de Ação Financeira Internacional-GAFI reincluiu o país na lista de "jurisdições de alto risco", que requerem monitoramento minucioso de atividades bancárias possivelmente relacionadas a lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.

Em 16/11/2022, o governo de Myanmar anunciou a anistia de aproximadamente 6.000 prisioneiros políticos, dentre os quais proeminentes políticos oposicionistas e estrangeiros. Estão entre os anistiados a ex-embaixadora do Reino Unido em Myanmar, Vicky Bowman, o nacional australiano Sean Turnell, assessor econômico de Aung San Suu Kyi entre 2016 e 2021, e o cineasta japonês Toru Kubota. Foram libertados, ainda, dois ex-ministros de Estado da gestão de Aung San Suu Kyi, ativistas pró-democracia e o porta-voz da Liga Nacional pela Democracia (NLD), entre outros proeminentes políticos oposicionistas.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe militar de 2021, Myanmar buscava maior inserção internacional, especialmente a partir de 2016, com a eleição democrática do NLD. Apesar de tentativas de aproximação com o Ocidente, as principais parcerias de Myanmar ocorrem com países asiáticos, como China, Índia, países-membros da ASEAN, Japão e Coreia do Sul. Vários desses países mantêm investimentos de longo prazo em Myanmar, como financiamentos em infraestrutura e a criação de Zonas Econômicas Especiais.

ASEAN

A ASEAN, de que Myanmar é parte desde 1997, constituía espaço privilegiado da atuação diplomática myanmarensse. Além de possuir fronteira com dois dos dez membros da Associação (Laos e Tailândia), há a percepção de que a ASEAN foi generosa ao aceitar Myanmar como membro, em período anterior à redemocratização. No entanto, apesar do princípio da ASEAN de não interferência nos assuntos internos dos países-membros, percebe-se crescente pressão da Associação em relação à crise política em Myanmar desde fevereiro de 2021.

China

A China tem encontrado, nos últimos anos, novos espaços de atuação no país. Na esfera dos investimentos, o apoio da China a grandes projetos de infraestrutura – por meio do Corredor Econômico China-Myanmar (*CMEC*), parte da *Belt and Road Initiative* (*BRI*) – tem sido decisivo à aproximação entre os países. A posição geográfica de Myanmar é estratégica para que a China tenha acesso ao Sul e Sudeste da Ásia pelo Oceano Índico.

Em abril de 2022, a China inaugurou corredor de comércio que diminui em 50% o tempo de transporte de produtos chineses até o Oceano Índico. Já em junho de 2022, a China anunciou a conclusão do estudo de viabilidade para o projeto de ampliação do porto de Wan Pong, no rio Mekong. A China planeja, ainda, construir ao menos sete represas no rio Salween. Planejada por empresas chinesas e tailandesas, a represa de Mong Tan, com 7,110 MW, será a maior hidrelétrica de Myanmar.

Japão, Coreia do Sul e Índia

Japão, Coreia do Sul e Índia são importantes investidores no país e, assim como Singapura, destino de preferência dos jovens de Myanmar que têm condições de estudar no exterior. Em termos comerciais, os três países patrocinam ao menos uma Zona Econômica Especial e vinham aumentando os fluxos bilaterais.

Japão, Coreia do Sul e Índia são, ainda, relevantes para Myanmar em termos de cooperação técnica. Tóquio possui a maior carteira de projetos no país, que abrangem desde agricultura a planejamento urbano.

Rússia

Em 2022, a Rússia tornou-se o maior fornecedor de equipamento militar para Myanmar. Em agosto de 2022, o chanceler russo, Sergey Lavrov, visitou Nay Pyi Taw. Em setembro daquele mesmo ano, o presidente do Conselho de Administração do Estado Min Aung Hlaing visitou pela terceira vez em um ano a Rússia, por ocasião do Fórum Econômico do Leste, em Vladivostok. Reuniu-se, pela primeira vez, com o presidente Vladimir Putin.

Plano Multilateral

Myanmar participa de cerca de 40 organizações internacionais. Além da ASEAN e da ONU, merece destaque a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (*BIMSTEC*), ligação entre o Sul e o Sudeste da Ásia. Outras organizações das quais Myanmar é parte são: o Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (*AIEA*); o Movimento dos Países Não Alinhados (*MNA*); a Corporação Financeira Internacional (*CFI*), do Grupo Banco Mundial; o G-77; e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Com PIB aproximado de US\$ 278 bilhões – em termos de paridade de poder de compra (*PPP*, em inglês) –, a economia de Myanmar vinha apresentando, de 1992 até 2019, taxas de crescimento anual superiores a 5%, com pico 15,3%, em 2004.

Entre os principais impulsionadores dessa expansão acelerada do PIB, destacavam-se (i) exportações de recursos naturais – como gás natural, cereais, produtos de madeira e pedras preciosas (sobretudo jade) –; (ii) Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs); (iii) rápido crescimento dos setores industrial e de serviços – com destaque para a indústria têxtil –; e (iv) aumento da renda e do consumo interno. Entre 2005 e 2017, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza reduziu-se pela metade.

Desde o início da pandemia, em 2020, e em especial das instabilidades decorrentes do golpe de estado de 1/2/2021, observou-se rápida deterioração da situação econômica no país. De crescimento de 6,5% em 2019, o PIB avançou 3,2% no primeiro ano da pandemia (2020) e recuou quase 18% no primeiro ano com o novo regime militar (2021), a maior recessão já registrada no país. Em 2022, o FMI registrou recuperação de cerca de 2,0%, com estimativa de crescimento de 2,6% em 2023.

Comércio exterior e investimentos estrangeiros

Membro da ASEAN desde 1997, Myanmar dispõe de acesso facilitado aos principais mercados mundiais – Austrália, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia e União Europeia –, por meio da rede de acordos mantida pela Associação, tanto para comércio quanto para investimentos. O país também integra a Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (*BIMSTEC*), que visa a fomentar o desenvolvimento econômico de seus membros.

Com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e manter o crescimento econômico acelerado, o país vinha envidando esforços para modernizar leis e regulamentos. As leis *Arbitration Law* (2016), *Investment Law* (2017) e *Companies Law* (2018) tiveram por objetivo aumentar a segurança jurídica e previsibilidade para investidores, afrouxar entraves burocráticos e agilizar permissões para negócios.

De acordo com o Diretório de Investimento e Administração de Empresas (*DICA*), os IEDs de empresas estrangeiras somavam, até pouco antes do golpe de 2021, mais de US\$ 83 bilhões e originavam-se de parceiros asiáticos: Singapura,

China, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Malásia, Japão e Índia, que juntos correspondiam a quase 90% do capital. Os 10% restantes vinham do Reino Unido e dos Países Baixos.

Estatísticas divulgadas em abril de 2022 mostraram Singapura como o maior investidor estrangeiro no país, com investimentos nas áreas de desenvolvimento urbano, imóveis, energia e indústria. A China, por sua vez, ocupava a segunda posição, com projetos nas áreas de energia e de infraestrutura. Em seguida, a lista apresentava Hong Kong, Coreia do Sul, Taipé, Tailândia, Indonésia e Japão.

Em termos de comércio exterior, estatísticas oficiais de 2021 mostraram um fluxo total de US\$ 30 bilhões, queda de 15% no comparativo anual. Foram US\$ 15,3 bilhões em exportações e US\$ 14,7 bilhões em importações.

No primeiro semestre do ano fiscal 2022-2023, o país registrou fluxo de US\$ 17 bilhões, montante que representa aumento de 21% em relação ao período anterior. Os principais produtos exportados pelo país foram petróleo e gás natural (21,2%); itens de vestuário (16,5%); leguminosas (9,7%); e cereais (8,5%). Os principais destinos foram China, Tailândia, Japão, Índia e EUA. Já os principais produtos importados foram combustíveis (27%); equipamentos de telecomunicações (8,7%); e óleo de palma (7,7%). As principais origens foram China, Japão, Indonésia e Tailândia.

Apesar das sanções impostas a Myanmar por países ocidentais após o golpe de 2021, observa-se não ter havido queda no fluxo de comércio do país desde então.

Comércio Brasil-Myanmar

O Brasil mantém com Myanmar comércio ainda modesto, mas tradicionalmente superavitário. O máximo histórico do comércio bilateral ocorreu em 2016, quando atingiu US\$ 187 milhões.

Em 2022, o comércio bilateral foi de US\$ 76,2 milhões – queda de 9,8% em comparação a 2021. As vendas brasileiras àquele país registraram US\$ 64,4 milhões (queda de 16,4%), enquanto as compras alcançaram US\$ 11,8 milhões (alta de 57,3%). O superávit brasileiro foi de US\$ 52,6 milhões.

Assim como acontece com os demais membros da ASEAN, a pauta exportadora do Brasil para Myanmar é concentrada em produtos do agronegócio. Devido a seu considerável contingente populacional e renda *per capita* em ascensão, até a pandemia e o golpe de estado em fevereiro de 2021, o país enquadrava-se nos mercados com grande potencial para as exportações desse competitivo setor da economia brasileira.

Os principais produtos vendidos pelo Brasil em 2022 foram farelo de soja (65% do total); carnes e miudezas comestíveis (25%); e café torrado (5,6%). Na pauta importadora brasileira, há preponderância de produtos manufaturados, em especial vestuários e casacos, que correspondem a quase 70% da pauta, seguido de calçados (11%), madeira (6,1%) e aparelhos elétricos (4,5%).

Até maio de 2023, o comércio bilateral registrou US\$ 20,4 milhões (+22,9%), com exportações brasileiras de US\$ 14,9 milhões, (+15,5%), importações de US\$ 5,5 milhões (+48,6%) e saldo positivo de US\$ 9,4 milhões

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1057	Fundação do primeiro estado birmanês unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmanesa.
1852-53	Segunda Guerra Anglo-Birmanesa.
1885-86	Terceira Guerra Anglo-Birmanesa. Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido retoma o controle da colônia.
1948	Birmânia torna-se independente.
1955	Primeiro-ministro birmanês cofunda o Movimento Não Alinhado.
1961-71	O birmanês U Thant é eleito secretário-geral da ONU.
1962	Golpe de Estado dá início a regime militar que duraria até 2011.
1975	Criação da Frente Nacional Democrática e organização de guerrilhas insurgentes.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com milhares de mortes.
1989	Decretada lei marcial. Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (<i>NLD</i>), é colocada em prisão domiciliar. Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
1990	<i>NLD</i> ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN.
2006	Inauguração da nova capital, Nay Pyi Taw.
2007	China e Rússia vetam proposta de resolução do Conselho de Segurança que instava o governo a cessar ataques a minorias étnicas e a libertar prisioneiros políticos.
2008	Aprovação da nova Constituição (maio).
2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar (agosto).
2010	Ampla vitória do partido de base militar nas eleições gerais realizadas sem a participação de Aung San Suu Kyi, mantida em prisão domiciliar até o fim do pleito (novembro).
2011	Posse do presidente Thein Sein (março).
2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (<i>NLD</i>) e eleição de Aung San Suu Kyi ao Parlamento (abril).

	Visita do presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados (abril).
	Presidente Thein Sein visita Washington (maio).
	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final do ano (julho).
2015	Assinatura do Acordo de cessar-fogo de abrangência nacional (<i>Nationwide Ceasefire Agreement</i>), com oito <i>EAO</i> (outubro).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2016	Htin Kyaw, do <i>NLD</i> , assume como presidente e Aung San Suu Kyi é nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Casa Civil e conselheira de Estado (março).
2017	Em 25/08/2017, mais de 720 mil myanmarenses da etnia <i>Rohingya</i> buscam refúgio no Bangladesh, após episódios de extrema violência contra eles perpetrados.
2018	Myanmar firma memorando de entendimento com o ACNUR e o PNUD em apoio à criação de condições para retorno dos refugiados no Bangladesh (junho).
	Estabelecimento da Comissão Independente de Investigação (<i>ICOE</i>), para investigar os ataques ocorridos a partir de 25 de agosto de 2017 (julho).
	Fracasso da primeira tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> refugiados no Bangladesh, mesmo após acordo bilateral (novembro).
2019	Formação da comissão parlamentar para elaborar propostas para revisão da Constituição (fevereiro).
	Myanmar condiciona a repatriação dos <i>Rohingya</i> ao registro no cartão nacional de verificação (CNV), em que são obrigados a autodeclararem-se “bengali”, ainda que consigam comprovar que vivem em Myanmar há, pelo menos, duas gerações (julho).
	Fracasso da segunda tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> . O governo myanmarensse atribui o insucesso à atuação de organizações não governamentais e de membros do <i>Arakan Rohingya Salvation Army</i> (ARSA), bem como ao descumprimento, segundo Myanmar, por parte do Bangladesh, das normas previstas no acordo bilateral entre os dois países (agosto).
	A pedido da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), a Gâmbia inicia processo contra Myanmar na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sob alegação de violações à Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio praticadas, pelo menos desde 2016, contra a etnia <i>Rohingya</i> (novembro).
	A conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, decide chefiar a

	delegação myanmarese que participa das audiências públicas sobre o caso na CIJ (dezembro).
2020	Em antecipação a decisão desfavorável no âmbito da Corte, o governo myanmarese divulga, em 20 de janeiro, relatório da <i>ICOE</i> em que se verificaram apenas crimes de guerra, sem genocídio, inclusive citando membros do <i>Tatmadaw</i> (janeiro).
	Em 23 de janeiro, a CIJ atende pedido da Gâmbia e adota medidas cautelares que demandam que, enquanto o julgamento do caso não for concluído, Myanmar não cometa atos de genocídio contra os <i>Rohingya</i> e relate regularmente a implementação dessa ordem (janeiro).
	O Parlamento rechaça as propostas de emenda à Constituição elaboradas pela comissão parlamentar. Entre elas, destacam-se a possibilidade de que a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi assumisse a presidência do país; e a gradual redução do número de parlamentares indicados pelo <i>Tatmadaw</i> (março).
	A despeito dos apelos de cessar-fogo feitos pelo secretário-geral da ONU e pela comunidade internacional, as tensões entre grupos militares e o governo aumentam, desde fins de março. Entre as vítimas civis, ataque a tiros contra veículo da OMS que transportava amostras para testes da COVID-19 provocou a morte do motorista (abril).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2021	O <i>Tatmadaw</i> decreta estado de emergência e detêm a conselheira de estado Aung San Suu Kyi, líder <i>de facto</i> daquele país, e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas (fevereiro).
	A oposição forma o Governo de União Nacional (<i>National Unity Government</i>) (abril).
	A ASEAN adota o “Consenso de Cinco Pontos” (abril).
	O chanceler do Brunei, Erywan Yusof, é designado enviado especial da ASEAN para Myanmar (agosto).
	O chanceler do Camboja, Prak Sokhonn, é designado enviado especial da Presidência da ASEAN para Myanmar (dezembro).
	Primeiras sentenças condenatórias contra Aung San Suu Kyi (dezembro).
	A singapurense Noeleen Heyzer inicia os seus trabalhos como enviada especial do secretário-geral da ONU para Myanmar, sem poder visitar o país (dezembro).
2022	Visita do primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, a Myanmar (janeiro)

O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (março).
A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, é transferida da prisão domiciliar para presídio (junho).
O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (junho).
A junta militar de Myanmar anuncia a execução de quatro ativistas da oposição, primeira aplicação da penal capital no país em mais de trinta anos (julho).
O CSNU, sob a presidência de turno brasileira, emite a nota à imprensa SC/14986 a respeito da execução dos ativistas (julho).
A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, 77 anos, recebe novas condenações por tribunal especial, elevando a 33 anos a sua pena de prisão (agosto, setembro e dezembro).

CRONOLOGIA BILATERAL

1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do professor Paulo Sérgio Pinheiro como relator especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Maung Myint
2007	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kyaw Thu, na III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília
2008	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília (novembro)
	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon (janeiro)
2010	Apresentação de credenciais do embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Nay Pyi Taw (novembro)
2011	O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Wunna Maung Lwin, participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro)
	A subsecretária-geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral (fevereiro)
2012	Vice-presidente de Myanmar visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente da República, Michel Temer (junho)
	Brasil doa US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de <i>Rakhine</i> , por meio do ACNUR (setembro)
	Visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman Benjamin, em que foram tratados temas relativos a cooperação judiciária e questões ambientais (julho)
2013	Visita do diretor da ABC, com técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e do Instituto Butantan, para estabelecimento do programa para aprimorar metodologias e técnicas de produção de

	soro antiofídico (agosto)
2015	Visita do ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural de Myanmar, U Ohn Myint (maio).
	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (agosto).
2018	Vinda ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental, Ohn Winn, na condição de chefe de delegação, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março) .
	III Reunião de Consultas Políticas, em Nay Pyi Taw (agosto).
2021	O embaixador do Brasil em Myanmar, Carlos Paranhos, apresenta credenciais ao presidente Win Myint (janeiro).
2022	Assinatura do Ajuste Complementar para a implementação do projeto “Melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico em Myanmar – fase II: qualidade do antiveneno”, tendo como signatário, pela parte brasileira, o diretor da ABC, embaixador Ruy Pereira, e, pela parte myanmarese, o embaixador de Myanmar em Brasília Myo Tint (março).
	O embaixador Carlos Paranhos visitou Nay Pyi Taw de 30/05 a 01/06/2022, tendo sido recebido pelo chanceler Wunna Maung Lwin e por vários diretores-gerais.
	O novo embaixador de Myanmar em Brasília, Aung Kyaw Zan, apresenta suas cartas credenciais ao vice-presidente da República. (novembro).
	Libertação de 13 nacionais brasileiros mantidos em situação de trabalho análoga à escravidão por grupos criminosos na fronteira de Myanmar (dezembro).

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	27/02/2012	27/02/2012	21/05/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/08/2015	26/09/2015	17/09/2015
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	29/08/2018	11/04/2019